



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador VITAL DO RÊGO

## PARECER Nº , DE 2014

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2013, primeiro signatário o Senador Gim, que *acrescenta os §§ 9º e 10 ao art. 39 da Constituição, para instituir a parcela indenizatória de valorização por tempo na Magistratura e Ministério Público, e dá outras providências.*

RELATOR: Senador VITAL DO RÊGO

### I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão, para exame, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 63, de 2013, cujo primeiro signatário é o Senador GIM, que *acrescenta os §§ 9º e 10 ao art. 39 da Constituição, para instituir a parcela indenizatória de valorização por tempo na Magistratura e Ministério Público, e dá outras providências.*

Prevê a proposição que os integrantes do Ministério Público e magistratura da União, dos Estados e do Distrito Federal fazem jus à parcela referida na ementa, calculada na razão de cinco por cento do subsídio do respectivo cargo a cada quinquênio de efetivo exercício, até o máximo de sete.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,  
JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PEC Nº 63 DE 13  
Fl. 104





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador VITAL DO RÊGO

Estabelece, ainda, que, para fins do cálculo da vantagem, fica assegurada aos que ingressarem na Magistratura e no Ministério Público a contagem de tempo de exercício anterior em carreiras jurídicas, bem como na advocacia.

Segundo os seus ilustres autores, *a presente proposta busca suprir o reconhecimento pelo tempo na Magistratura, com perfeita identificação quanto aos efeitos orçamentários e finalidade de planejamento e gestão financeira e de recursos humanos, evitando atrelamento entre Poderes de realidades diferentes, sob pena de incidir na inviabilização de propostas que trazem em si o germe das infundáveis vinculações, as chamadas "cascatas".*

Lembram, ainda, que

Os Magistrados integram o Poder Judiciário, cuja remuneração é percebida por meio de subsídio e que, diferentemente da sistemática aplicada aos servidores públicos – com planos de carreira estabelecidos ou não com base em subsídios –, não trazem, ainda, real diferenciação baseada no tempo de serviço.

O subsídio, ao afastar a estrutura anterior dos contracheques, que contemplava o adicional por tempo de serviço, trouxe para esses Membros de Poder a condição de igualdade salarial, independente do tempo de serviço que detêm perante o cargo isolado ou carreira que integram.

Desse modo, Magistrados que ocupam cargo isolado ou galgam a última classe da carreira, mesmo que permaneçam uma década no cargo, percebem hoje o mesmo subsídio daquele que detêm apenas um ano no mesmo cargo. Essa situação de óbvia quebra de isonomia, por tratar igualmente os de situação desigual, atinge gravemente a Magistratura Nacional.

Portanto, diferentemente das demais carreiras e cargos públicos, seja as que não recebem por subsídio, assim como aquelas que implantaram essa sistemática, a esses Membros de Poder não há valorização, em seus planos de carreira, do tempo de serviço prestado. Mas, pior que isso, na prática, é dizer, não existe carreira, nem valorização do Magistrado, e essa ausência, como é cediço, se torna fator nefasto, absolutamente desmotivador dos esforços para a progressão, convolvando em *tabula rasa* as iniciativas de políticas de recursos humanos.





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador VITAL DO RÊGO

Isto causa, por conseguinte, grande desestímulo àqueles que permanecem por mais tempo no cargo, que não veem possibilidade de receber qualquer acréscimo pela sua antiguidade no cargo. Em outras palavras: sentem-se desvalorizados. Como consequência, a experiência no exercício da Magistratura não é, de modo algum, valorizada.

*Registram que, por esta razão, nos últimos anos, mais de seiscentos Magistrados deixaram os seus cargos em direção à Advocacia ou outra carreira pública e que quatro mil cargos de Juiz estão vagos, justamente por ser desestimulante o exercício da Magistratura, eis que não é, de forma alguma, premiada sua permanência, nem valorizada a sua experiência, em prol de um melhor serviço público.*

*Aduzem que os fundamentos acima desenvolvidos se aplicam, por simetria, aos membros do Ministério Público, cuja carreira – e somente ela – possui conformação jurídico-constitucional absolutamente similar ao da Magistratura, como bem evidenciam os mecanismos simétricos de “controle externo” adotados pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004 (CNJ e CNMP), os princípios orientadores do regime estatutário (CF, art. 93 c/c art. 129, § 4º), o conjunto de garantias (vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídios) e de vedações constitucionais (CF, art. 95, I, II, III, e parágrafo único, c/c art. 127, § 5º) e o regime de “quarentena” (CF, art. 127, § 6º). São traços institucionais comuns, os quais asseguram identidade de tratamento também no plano da valorização das carreiras.*

*Assim, concluem que ambas as carreiras aqui mencionadas, por seu peculiar arcabouço constitucional, estão credenciadas à percepção da parcela cogitada na presente proposição, como providência de legítima valorização do tempo de exercício.*

A PEC não recebeu emendas.

A matéria foi, anteriormente, distribuída à relatoria do eminente Senador BLAIRO MAGGI. Sua Excelência, com a competência e a eficiência que lhe são peculiares, apresentou substancioso relatório sobre a proposição concluindo pela sua aprovação, na forma de substitutivo que mantinha,





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador VITAL DO RÊGO

integralmente, o seu mérito. O relatório, entretanto, não chegou a ser apreciado tendo em visto o fato de o Senador ter se licenciado de seu mandato.

Aproveitaremos, em nossa análise e voto sobre a PEC nº 63, de 2013, o texto originalmente apresentado por Sua Excelência.

## II – ANÁLISE

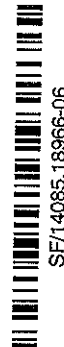
Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 356, *caput*, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), emitir parecer, inclusive quanto ao mérito, sobre propostas de emenda à Constituição.

Do ponto de vista de sua admissibilidade formal, nada temos a objetar, pois entendemos que a proposta observa a regra constitucional que veda emenda à Constituição na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio, ou que trate de matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada na atual sessão legislativa.

Quanto ao mérito, é inegável a necessidade da criação de mecanismos que permitam, de um lado, retornar a atratividade das carreiras da magistratura e do Ministério Público e, de outro, enfatizar a sua posição institucional peculiar.

Efetivamente, os magistrados e membros do Ministério Público têm, por imposição constitucional, posição especial no Estado brasileiro.

Inicialmente, trata-se de membros de Poder, de agentes políticos em sentido estrito. Entretanto, diferentemente dos seus congêneres nos Poderes Legislativo e Executivo, não detêm mandato. Pelo contrário, seu papel estatal exige permanência, maturação e organização em carreira.





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador VITAL DO RÊGO

Ademais, não se confundem com os servidores públicos, na medida em que são agentes do poder político, dotados de autonomia funcional e personificam órgãos estatais fundamentais.

Essa posição *sui generis* tem, necessariamente, reflexos em sua situação remuneratória, inclusive como garantia do exercício do seu papel institucional diferenciado.

Para tal, a solução apresentada pela PEC nº 63, de 2013, é, com certeza, adequada em seus objetivos.

Trata-se de instituir uma vantagem específica para esses agentes públicos, cujo desenho equaciona não apenas as necessidades de distinguir a atividade da magistratura e do Ministério Público, como a demanda de instituir um diferencial entre os seus membros, de conformidade com a experiência que possuem.

Ou seja, busca-se enfatizar o papel de juízes, procuradores e promotores e, ao mesmo tempo, permitir premiar a experiência acumulada por eles individualmente.

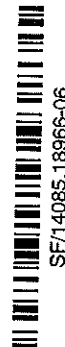
Assim, a parcela também ostenta a virtude de constituir atrativo para estas carreiras imprescindíveis ao Estado de Direito; desde logo, quando aprovada, servirá de estímulo àqueles que, nos tempos atuais, estão na iminência de abandonar estas magistraturas em prol de horizontes remuneratórios menos estreitos. E, em seguida, à nova geração, que precisa de estímulo para compor as fileiras destas carreiras tão pródigas em ônus e responsabilidades.

Impõe-se, tão somente, promover alguns ajustes no texto da proposição.

Inicialmente, inclusive como forma de deixar explícita a característica diferenciada da vantagem que se pretende instituir, é necessário que a sua previsão não conste do art. 39 da Constituição, que integra o capítulo destinado aos servidores públicos, mas dos capítulos da Lei Maior especificamente voltados à magistratura e aos membros do *Parquet*.

gf2014-01676

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,  
JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ  
PEC Nº 63 DE 13  
FL. \_\_\_\_\_



SF/14085.18966-06

Página: 5/8 21/03/2014 10:32:52

41040b5720798e4c6bb893a52f690b16207df764



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador VITAL DO RÊGO

De outra parte, com o objetivo de se evitarem discussões sobre a natureza da parcela mensal de valorização por tempo de exercício, elimina-se a sua caracterização como parcela indenizatória e explicita-se que o benefício não se sujeita ao teto instituído pelo art. 37, XI, da Constituição.

### III – VOTO

Em face do exposto, o voto é pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2013, quanto aos aspectos constitucionais, de mérito e regimentais, na forma da seguinte emenda substitutiva:

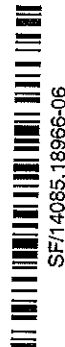
### EMENDA Nº 1 – CCJ (SUBSTITUTIVO)

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 63, DE 2013

Altera a Constituição Federal para instituir a parcela mensal de valorização por tempo de exercício dos magistrados e membros do Ministério Público.

gf2014-01676

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,  
JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ  
PEC Nº 63 DE 13  
Fl. 112



SF/14085.18966-06

Página: 6/8 21/03/2014 10:32:52

41d40b5720798e4c6bb893a52f690b16207df764



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador VITAL DO RÊGO

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 39.....

.....

§ 4º Ressalvado o disposto nos arts. 93, § 1º, e 128, § 7º, o membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado, o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI.

.....” (NR)

“Art. 93. ....

.....

§ 1º Os magistrados fazem jus a parcela mensal de valorização por tempo de exercício, não sujeita ao limite previsto no art. 37, XI, calculada na razão de cinco por cento do respectivo subsídio a cada cinco anos de efetivo exercício em atividade jurídica, até o máximo de trinta e cinco por cento.

*50%  
a cada  
quinze anos*

§ 2º Considera-se atividade jurídica, para fins do § 1º, aquela decorrente do exercício na magistratura, no Ministério Público, em cargos públicos de carreiras jurídicas e na advocacia.” (NR)

“Art. 128.....

.....

§ 7º Os membros do Ministério Público fazem jus a parcela mensal de valorização por tempo de exercício, não sujeita ao limite previsto no art. 37, XI, calculada na razão de cinco por cento do respectivo subsídio a cada cinco anos de efetivo exercício em atividade jurídica, até o máximo de trinta e cinco por cento.





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador VITAL DO RÊGO

§ 8º Considera-se atividade jurídica, para fins do § 7º, aquela decorrente do exercício no Ministério Público, na magistratura, em cargos públicos de carreiras jurídicas e na advocacia.” (NR)

**Art. 2º** É assegurada a contagem do tempo de exercício anterior à data da publicação desta Emenda Constitucional para fins de cálculo da parcela mensal de valorização por tempo de exercício dos magistrados e membros do Ministério Público.

**Art. 3º** Aplica-se o disposto nesta Emenda Constitucional aos magistrados e membros do Ministério Público aposentados e aos seus pensionistas abrangidos pelos arts. 6º-A, parágrafo único, e 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e pelos arts. 2º e 3º, parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005.

**Art. 4º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir desta data.

Sala da Comissão, 21/05/2014

SENADOR ANIBAL DINIZ, VICE-  
Presidente

, Relator







SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador VITAL DO RÊGO

## COMPLEMENTAÇÃO AO PARECER N° , DE 2014

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição n° 63, de 2013, primeiro signatário o Senador Gim, que *acrescenta os §§ 9º e 10 ao art. 39 da Constituição, para instituir a parcela indenizatória de valorização por tempo na Magistratura e Ministério Público, e dá outras providências.*

RELATOR: Senador VITAL DO RÊGO

### I – RELATÓRIO

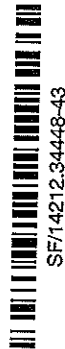
A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n° 63, de 2013, recebeu, nesta Comissão, a Emenda n° 2, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg.

Tal Emenda determina que, além dos magistrados e dos membros do Ministério Público, também os membros da Advocacia Pública e da Defensoria Pública receberão parcela mensal de valorização por tempo de exercício, na razão de cinco por cento do respectivo subsídio a cada quinquênio de efetivo exercício em atividade jurídica, até o máximo de trinta e cinco por cento de adicional.

Recebido em 20/05/2014  
Hora: 10:53  
Elizabeth Passos - Matr. 189800  
CCJ-SF

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,  
JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PEC Nº 63 DE 13  
M.S.



SF/14212.34448-43

Página: 1/4 19/05/2014 11:01:32

7e3017394f4bbe5ec4de0ccc0edfd2f3a9cbbc0e



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador VITAL DO REGO

Ao justificar a apresentação da Emenda, seu autor argumenta que *as mesmas razões que justificam a aprovação do adicional por tempo de serviço aos juizes e membros do Ministério Público aplicam-se igualmente aos membros das demais Funções Essenciais à Justiça: os advogados públicos e os defensores públicos.*

## II – ANÁLISE

Respeitosamente ousamos discordar da argumentação do Senador Rodrigo Rollemberg, já que os membros da magistratura e do Ministério Público apresentam posição constitucional efetivamente diferenciada em relação aos servidores públicos em geral, inclusive os pertencentes às carreiras da Advocacia e da Defensoria Públicas.

Nesse sentido, ressaltamos passagem enfatizada em nosso relatório inicial:

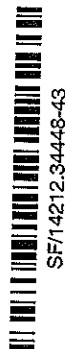
Efetivamente, os magistrados e membros do Ministério Público têm, por imposição constitucional, posição especial no Estado brasileiro.

Inicialmente, trata-se de membros de Poder, de agentes políticos em sentido estrito. Entretanto, diferentemente dos seus congêneres nos Poderes Legislativo e Executivo, não detêm mandato. Pelo contrário, seu papel estatal exige permanência, maturação, organização em carreira.

Ademais, não se confundem com os servidores públicos, na medida em que são agentes do poder político, são dotados de autonomia funcional, personificam órgãos estatais fundamentais.

Essa posição *sui generis* tem, necessariamente, reflexos em sua situação remuneratória, inclusive como garantia do exercício do seu papel institucional diferenciado.

Para tal, a solução apresentada pela PEC nº 63, de 2013, é, com certeza, adequada em seus objetivos.





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador VITAL DO RÊGO

Trata-se de instituir uma vantagem específica desses agentes públicos, cujo desenho equaciona não apenas as necessidades de distinguir a atividade da magistratura e do Ministério Público, como a demanda de instituir um diferencial entre os seus membros, de conformidade com a experiência que possuem.

Assim, diante do exposto, percebe-se que a Emenda proposta tem objetivo diferente daquele inicialmente almejado pela PEC nº 63, de 2013, ao torná-la demasiadamente “abrangente”, o que fere a premissa de valorização excepcional de membros de Poder organizados em carreira e que não detêm mandato político, ou seja, magistrados e membros do Ministério Público.

Ademais, reforçando o entendimento supracitado, salientamos ainda que a PEC em voga visa não apenas estabelecer distinções acerca da atividade da magistratura e do Ministério Público, mas também a atender demanda específica para se instituir um diferencial entre os seus membros internamente, conforme a experiência que possuem, e não a fixar política remuneratória para servidores públicos de órgãos ou instituições pertencentes ao Poder Executivo (caso das Advocacias e Defensorias Públicas), matéria de índole infraconstitucional e cujo julgamento de pertinência deveria caber ao Chefe desse Poder.

Por fim, cabe lembrar que tramita também nesta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição nº 68, de 2011, cujo primeiro signatário é o Senador Humberto Costa, que *altera o art. 39 da Constituição Federal para restabelecer o adicional por tempo de serviço como componente da remuneração das carreiras que especifica*, cujo objetivo é mais amplo e, portanto, se aproxima em maior medida daquele pretendido pela Emenda apresentada pelo Senador Rodrigo Rollemberg, sendo mais apropriado que a matéria seja discutida quando tal proposição estiver em debate, o que deverá ocorrer em breve.

ac2014-03401

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,  
JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ  
PEC nº 63 DE 13  
Fl. 117



SF/14212.34448-43

Página: 3/4 19/05/2014 11:01:32

7e3017394f4bbe5ec4de0ccc0eafd2f8a9c9c0e



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador VITAL DO REGO

**III – VOTO**

Em face do exposto, o voto é pela rejeição da Emenda nº 2, apresentada à Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2013, nesta Comissão.

Sala da Comissão, 21/05/2014

SENADOR ANÍBAL DINIZ, VICE-  
Presidente

, Relator



SF/14212.34448-43

Página: 4/4 19/05/2014 11:01:32

7e3017394f4bbe5ec4de0ccc0eefd2f3a9cbbc0e





**SENADO FEDERAL**  
**Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ**  
**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 63, de 2013**

ASSINAM O PARECER, NA 28ª REUNIÃO, DE 21/05/2014, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

1/06- PRESIDENTE: SENADOR ANIBAL DINIZ

RELATOR: SENADOR VITAL DO RÊGO

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PCdoB, PRB)	
José Pimentel (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Anibal Diniz (PT)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	7. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	8. Paulo Paim (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	9. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Sérgio Petecão (PSD)
Ricardo Ferraço (PMDB)	4. Clésio Andrade (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	7. Waldemir Moka (PMDB)
José Sarney (PMDB)	8. Kátia Abreu (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	9. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM, SD)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cássio Cunha Lima (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Paulo Bauer (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	5. Cyro Miranda (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Gim (PTB)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Magno Malta (PR)	3. Cidinho Santos (PR)
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	4. Alfredo Nascimento (PR)

ASSINAM O PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 63, DE 2013 NA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 20/03/2014, COMPLEMENTANDO AS ASSINATURAS DOS MEMBROS DA COMISSÃO, NOS TERMOS DO ART. 356, PARÁGRAFO ÚNICO, DO R.I.S.F., OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

1- Senador Lindbergh Farias

2- Senador Waldemir Moka

3- Senador Paulo Paim

4- Senador Wellington Dias

5- Senador Cidinho Santos



SENADO FEDERAL  
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ  
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 63, de 2013

ASSINAM O PARECER, NA 28ª REUNIÃO, DE 21/05/2014, COMPLETANDO AS ASSINATURAS DOS MEMBROS DA COMISSÃO, NOS TERMOS DO ART. 356, PARÁGRAFO ÚNICO, DO R.I.S.F., OS(AS) SENHORES(AS)

Handwritten signatures and initials on the lined paper.